

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO



**RELATÓRIO ANUAL DE
AUDITORIA INTERNA**

RAINT • 2023

maio • 2024

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Setor de Autarquias Sul, Quadra 5 - Bloco A
Brasília - DF / CEP: 70297-400
cgu@cgu.gov.br

VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO

Ministro da Controladoria-Geral da União

EVELINE MARTINS BRITO

Secretária-Executiva

CLÁUDIO TORQUATO DA SILVA

Secretário-Executivo Adjunto

RONALD DA SILVA BALBE

Secretário Federal de Controle Interno

RICARDO WAGNER DE ARAÚJO

Corregedor-Geral da União

ANA TÚLIA DE MACEDO

Secretária Nacional de Acesso à Informação

ARIANA FRANCES CARVALHO DE SOUZA

Ouvidora-Geral da União

IZABELA MOREIRA CORREA

Secretária de Integridade Pública

MARCELO PONTES VIANNA

Secretário de Integridade Privada

EQUIPE TÉCNICA (em ordem alfabética):

Alexandre Ferreira de Macedo

Allison Roberto Mazzuchelli Rodrigues

Ana Karolina Guimaraes Moreira Lima

Ana Leoni Vieira Mota

Andre de Alcantara Campos

Ralf Araujo Ruas

Tiago Chaves Oliveira

Obra atualizada até maio de 2024

Diagramação: Coordenação-Geral de Planejamento e Inovação (CGPLA/SFC),
sob supervisão da Assessoria de Comunicação Social • Ascom / CGU

Imagem da capa licenciada por Adobe Stock

Permitida a reprodução desta obra, de forma parcial ou total, sem fins lucrativos, desde que citada a fonte ou endereço da internet no qual pode ser acessada integralmente em sua versão digital.

Copyright © 2024 Controladoria-Geral da União



CONTEÚDO

1. APRESENTAÇÃO	4
2. EXECUÇÃO DAS AUDITORIAS PREVISTAS NO PAINT	5
2.1. Social.....	6
2.2. Economia e Desenvolvimento.....	8
2.3. Infraestrutura	9
2.4. Governança e Gestão	11
2.5. Empresas Estatais	12
2.6. Enfrentamento da corrupção	13
2.7. Eixos transversais	13
2.7.1. Melhoria do Ambiente de Negócios.....	14
2.7.2. Agenda Verde	15
2.7.3. Transformação Digital.....	16
2.8. Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP).....	16
3. FATOS RELEVANTES	17
4. RECOMENDAÇÕES EMITIDAS E CONCLUÍDAS	18
5. BENEFÍCIOS.....	19
6. ALOCAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO	20
7. CAPACITAÇÕES	21
8. PROGRAMA DE GESTÃO E MELHORIA DA QUALIDADE – PGMQ.....	22

1. APRESENTAÇÃO

O Relatório Anual de Auditoria Interna (RAINT) da Controladoria-Geral da União (CGU) registra a execução do seu Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) e a análise dos resultados derivados das atividades de Auditoria Interna Governamental (AIG) desempenhadas pela Secretaria Federal de Controle Interno (SFC) e pelas Controladorias Regionais da União nos Estados durante o exercício de 2023.

Este relatório inicia com uma abordagem dos resultados gerais de execução, fornecendo uma análise detalhada da situação das auditorias destacadas no PAINT 2023 e salientando os eventos significativos que influenciaram sua execução. Subsequentemente, são apresentados os resultados relacionados ao monitoramento das recomendações e os benefícios alcançados ao longo do ano de 2023.

Ao final do relatório, são elucidados os obstáculos que dificultaram a mensuração da alocação da força de trabalho, assim como os resultados relativos à capacitação e às atividades de gestão e melhoria da qualidade. Este documento objetiva fornecer uma visão abrangente e detalhada das atividades e resultados da atividade de Auditoria Interna realizada pela CGU no exercício de 2023.

2. EXECUÇÃO DAS AUDITORIAS PREVISTAS NO PAIN T

O PAIN T de 2023 previu a execução de 364 avaliações, sendo 238 relacionadas com Políticas Públicas, 105 com macroprocessos gerenciais ou de suporte e 21 auditorias anuais de contas ou auditorias de recursos externos.

Durante o ano, em função de alterações nos contextos de riscos e mudanças de prioridades, alguns desses trabalhos foram prorrogados e outros adicionados, resultando em **594** auditorias concluídas, sendo 350 avaliações, 12 consultorias, 232 apurações e 101 auditorias preventivas em licitações indicadas pelo Robô Alice. Se considerados os subprojetos foram **799 trabalhos concluídos**.

AUDITORIAS PREVISTAS NO PAIN T 2023 364

AUDITORIAS CONCLUÍDAS EM 2023	594
AVALIAÇÕES REALIZADAS	350
CONSULTORIAS REALIZADAS	12
APURAÇÕES REALIZADAS	232
AVALIAÇÕES PREVENTIVAS DE COMPRAS INDICADAS PELA ALICE	101

Além desses projetos, outras atividades continuadas foram realizadas com o alcance das seguintes entregas durante o ano:

AÇÕES	QUANTIDADE
Auditoria de Tomada de Contas Especial (TCE)	1.612
Análise de atos de pessoal	57.188
Avaliação do Relatório de Gestão Fiscal	3
Análises de novação de dívidas	7
Elaboração da Prestação de Contas Anual do Presidente da República	1
Mapeamento do Universo de Auditoria	45

Do conjunto de avaliações e auditorias, o PAIN T 2023 destacou 110, consideradas de maior impacto e que possuíam a maior possibilidade de gerarem impactos positivos sobre as políticas públicas, conforme detalhado a seguir.

2.1. Social

Os trabalhos no eixo social tiveram como foco avaliar se as políticas públicas estão sendo executadas para reduzir desigualdades e propiciar o desenvolvimento econômico e social da população. No PAINT 2023, foram destacadas **36** auditorias, das quais **15** foram concluídas, 10 prorrogadas para 2024, 6 estão atrasadas e 5 canceladas:

AUDITORIAS CONCLUÍDAS (15)
Processo do Censo Escolar
Políticas afirmativas nas Instituições Federais de Ensino Superior ¹
Lei Aldir Blanc 2 ²
Atuação da Funai na Fiscalização dos Territórios Indígenas
Atuação do Governo em relação à Saúde Indígena
Eficiência e Eficácia de Cursos de Graduação na Rede Federal ³
Empréstimos consignados do Programa Auxílio Brasil
Atualização de informações no Cadastro Único
Análise automática de benefícios pelo INSS
Processo de prova de vida no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)
Emissão de Certidão de Tempo de Contribuição e averbação de tempo de serviço
Crise sanitária no território Yanomami ⁴
Consignações realizadas na folha de pagamentos do INSS
Coordenação da Política Nacional de Educação Básica: Fiscalizações sobre os dados de matrícula do Censo Escolar ⁵
Seguro-Desemprego ⁶

1. Não há relatório publicado, considerando que o trabalho foi exclusivo para produção do desenho e dos papéis de trabalho modelo do projeto, que será descentralizado em 2024

2. Não há relatório publicado

3. Foi realizado o estudo sobre o desenho geral do trabalho, com análise preliminar, matriz de riscos e controle, matriz de planejamento, papéis de trabalho modelo para execução, roteiro de aplicação, relatório de análise de área cine automatizado, e painel BI de análise de cursos, o projeto será continuado com a descentralização de auditorias para superintendências regionais em 2024.

4. Trabalho concluído aguardando publicação

5. O projeto foi suspenso antes da publicação em razão dos achados indicarem possibilidade de abordagem de interesse da área de Operações Especiais.

6. Trabalho concluído aguardando publicação

AUDITORIAS PRORROGADAS (10)	% DE EXECUÇÃO	DATA PREVISTA
Lei de Incentivo ao Esporte	72%	mai/2024
Plano Nacional de Enfrentamento ao Femicídio	76%	abr/2024
Atenção de média e alta complexidade no SUS	97%	abr/2024
Processo de gestão de insumos estratégicos para a saúde	59%	mai/2024
Coordenação da Política Nacional de Educação Básica: Fiscalizações sobre os dados do Painel Siope	90%	dez/2024
Coordenação da Política Nacional de Educação Básica: Análise da consistência dos dados do Plano de Ação Articulada	0%	dez/2024
Coordenação da Política Nacional de Educação Básica: Articulação da Política Nacional de Educação em Tempo Integral	44%	mai/2024
Governança e enfrentamento de emergências sanitárias sob a perspectiva da resposta governamental à Pandemia de Covid-19	71%	mai/2024
Política Nacional para a População em Situação de Rua	75%	mai/2024
Condicionalidades do Programa Bolsa Família	81%	mar/2024

AUDITORIAS ATRASADAS (6)	% DE EXECUÇÃO
Política de controle de armas	75%
Gestão de Serviços de Saúde por Organizações Sociais	96%
Processo de regularização fundiária de territórios quilombolas	97%
Implementação do Catálogo de Cursos Técnicos Profissionais de Nível Médio pelas ofertantes públicas e privadas	97%
Coordenação da Política Nacional de Educação Básica: Análise da consistência dos dados do SIOPE	87%
Lei Paulo Gustavo	5%

AUDITORIAS CANCELADAS (5)
Esporte como Política Transversal
Sistemática de repasse de recursos e acompanhamento e financiamento do Esporte
Estruturação das Redes de Desenvolvimento Local do Esporte
Política de fomento ao trabalho nas penitenciárias
Política de Fortalecimento do Sistema Único de Segurança Pública

2.2. Economia e Desenvolvimento

Os trabalhos no eixo econômico tiveram como foco apoiar e avaliar políticas e instrumentos de desenvolvimento econômico, eficiência da arrecadação e da execução orçamentária e financeira, monitorar o arranjo fiscal brasileiro visando contribuir com o crescimento sustentável do país e antecipar eventuais comprometimentos da capacidade estatal de honrar compromissos. No PAINT 2023, foram destacadas **9** auditorias, das quais **3** foram concluídas, 3 prorrogadas para 2024, 2 atrasadas e 1 cancelada:

AUDITORIAS CONCLUÍDAS (3)
Gestão e execução do Programa Nacional de Crédito Fundiário - Terra Brasil
Sustentabilidade da dívida pública
Gestão orçamentária na União ⁷

AUDITORIAS PRORROGADAS (3)	% DE EXECUÇÃO	DATA PREVISTA
Processo de Aquisição do Governo Federal pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)	3%	set/2024
Negociação do passivo tributário	72%	mai/2024
Garantia do Crédito Tributário	77%	abr/2024

AUDITORIAS ATRASADAS (2)	% DE EXECUÇÃO
Processo sancionador da Comissão de Valores Mobiliários (CVM)	97%
Assentamentos da Reforma Agrária	62%

AUDITORIAS CANCELADAS (5)
Cadastro Ambiental Rural

7. Não há relatório publicado, considerando que o projeto foi encerrado com a análise preliminar com vistas a subsidiar outros projetos em 2024

2.3. Infraestrutura

Os trabalhos no eixo infraestrutura tiveram o objetivo de avaliar a priorização, o desenho, a governança, a regulação, os meios de financiamento e a implementação das políticas públicas, dos serviços públicos e dos novos investimentos referentes à infraestrutura nacional, bem como a observância das políticas ambientais. No PAINT 2023, foram destacadas **35** auditorias, das quais **15** foram concluídas, 4 prorrogadas para 2024, 14 atrasadas e 2 canceladas, como especificado adiante:

AUDITORIAS CONCLUÍDAS (15)
Fundo da Marinha Mercante
Política Nuclear
Instrumentos de fomento à CT&I
Diagnóstico sobre as políticas de gasto tributário em CT&I ⁸
Esgotamento Sanitário
Gestão do processo de apoio à implantação de infraestruturas hídricas estruturantes
Política de desoneração do biodiesel
Gestão para alcance das metas de universalização dos serviços de esgotamento sanitário
Acompanhamento do sistema nacional de CT&I: Avaliação da capacidade administrativa, financeira e estratégica das Unidades de Pesquisa do MCTI
Acompanhamento do sistema nacional de CT&I: Avaliação da prestação de contas sobre os resultados da gestão das unidades de pesquisa do MCTI
Acompanhamento do sistema nacional de CT&I: Avaliação da regularidade do processo de gestão dos Termos de Execução Descentralizada realizados pela AEB ⁹
Licenciamento ambiental de grandes obras e da manutenção rodoviária ¹⁰
Participação, a convite do TCU, na construção da ferramenta Climate Scanner, que será utilizada por instituições de controle de diversos países para avaliar as ações adotadas pelos governos nacionais em relação às mudanças climáticas
Gestão dos projetos de investimento considerados como prioritários na área de infraestrutura para o setor de saneamento básico com emissão de debêntures incentivadas
Política de Modernização da Infraestrutura Federal de Transporte Rodoviário ¹¹
Assessoramento à Agência Nacional de Águas no aprimoramento da qualidade regulatória das Entidades Reguladoras Infranacionais no setor de saneamento básico

8. O trabalho trata de um mapeamento dos gastos indiretos do MCTI que subsidiarão trabalhos futuros de auditoria. Trata-se de um trabalho interno, que só foi comunicado ao MCTI para complementação de informações que foram levantadas pela equipe de auditoria e, portanto, não foi publicado.

9. Trabalho concluído aguardando publicação.

10. Para melhor organizar e padronizar os produtos da avaliação, optou-se por dividir a avaliação em duas etapas, a saber: Etapa 1 (Inicial/Exploratória): Concluída em 2023 referente ao levantamento de informações e planejamento geral da auditoria; e Etapa 2 (Avaliação dos Processos de Licenciamento Ambiental Federal): a ser iniciada em 2024 referente ao planejamento/execução dos exames de auditoria e respectiva relatoria, no âmbito da amostra selecionada de cinco grandes obras rodoviárias do DNIT.

11. Inicialmente o projeto foi pensado como uma avaliação das concessões, mas foi alterado para o levantamento de informações sobre os riscos do processo de concessão de rodovias federais para definição das avaliações em 2024, em função da complexidade do tema. Foi elaborado uma Nota Técnica com os riscos identificados e a definição das possíveis avaliações em 2024 e um painel BI com informações gerais dos contratos vigentes e de novos projetos, receitas e despesas de operação e investimentos promovidas pelas concessionárias, achados de auditoria decorrentes de trabalhos de órgãos de controle, processos de arbitragem, revisões tarifárias e métricas de desempenho, como: atendimento a parâmetros do PER, redução de acidentes, serviço médico e mecânico, e pesquisa de satisfação de usuários. Link do painel https://pbi-interno.cgu.gov.br/Reports/powerbi/Auditoria_Interna/SFC/DI/CGTRAN/Concessoes_Rodoviaras?rs:embed=True.

AUDITORIAS PRORROGADAS (4)	% DE EXECUÇÃO	DATA PREVISTA
Reguladores federais	41%	jul/2024
Eficiência orçamentária e contratual do Departamento Nacional de Infraestrutura Terrestre (DNIT)	54%	jun/2024
Governança da política e da eficácia de obras de prevenção de desastres	41%	abr/2024
Financiamento para mobilidade urbana	5%	mai/2024

AUDITORIAS ATRASADAS (13)	% DE EXECUÇÃO
Acompanhamento do sistema nacional de CT&I: Avaliação da regularidade da gestão do processo de concessão de recursos por meio dos Termos de Execução Descentralizada realizados pelo CNPq	54%
Qualidade dos pavimentos asfálticos	32%
Planejamento e exploração de áreas portuárias	63%
Autorizações ferroviárias	97%
Resultados do uso do Regime Diferenciado de Contratações (RDC) integrada, após 10 anos de uso	40%
Programa Conecta Brasil, com foco em inclusão digital	0%
Impactos das demandas de uso múltiplo da água no planejamento e na programação da operação do setor elétrico	69%
Regularidade das outorgas de títulos minerários	79%
Possíveis irregularidades na atividade de mineração e possíveis prejuízos em royalties para o Estado	65%
Planejamento e acesso à infraestruturas essenciais de combustíveis	83%
Deficiências na regulamentação da Permissão de Lavra Garimpeira e avaliação sobre a identificação e fiscalização de lavra garimpeira ilegal	50%
Monitoramento do abastecimento de combustíveis no Brasil	54%
Contratos de concessão de serviços de apoio e uso público de Unidades de Conservação Federais	97%

AUDITORIAS CANCELADAS (2)
Efetividade do acompanhamento dos investimentos em arrendamentos portuários
Governança organizacional do IBAMA

2.4. Governança e Gestão

Os trabalhos em governança e gestão tiveram como foco avaliar programas e projetos centralizados, para assegurar a sua eficiência e sustentabilidade. No PAINT 2023, foram destacadas **16** auditorias nesse eixo, das quais **8** foram concluídas, 3 prorrogadas para 2024, 4 estão atrasadas e 1 cancelada:

AUDITORIAS CONCLUÍDAS (8)
Institutos Federais de Ensino Superior
Login Único
Identificação e proposição de correções sobre a subutilização de imóveis da União por órgãos da Administração Pública Federal
Avaliação da plataforma do Login único Gov.br (Segunda etapa) ¹²
Acúmulos de benefícios previdenciários
Desburocratização IFES
Segurança da Informação ¹³
Políticas públicas executadas por Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) ¹⁴

AUDITORIAS PRORROGADAS (3)	% DE EXECUÇÃO	DATA PREVISTA
Pagamento de gratificações de desempenho na Administração Pública Federal	53%	ago/2024
Identificação de imóveis ociosos ou embaraçados Otimização do processo de destinação de imóveis a estados e municípios	82%	mai/2024
Maturidade da governança das aquisições do Governo	84%	abr/2024

AUDITORIAS ATRASADAS (4)	% DE EXECUÇÃO
Programa de Aprendizagem Profissional	50%
Melhoria da Empregabilidade - Sistema Nacional de Emprego	58%
Serviço Social do Comércio e da Indústria	89%
Restos a pagar nas Transferências Voluntárias	91%

AUDITORIAS CANCELADAS (1)
Proposição de novo modelo de contratações de terceirização no Governo Federal

12. Relatório não publicado devido ao sigilo das informações contidas no relatório de auditoria.

13. Idem.

14. Trabalho concluído aguardando publicação.

2.5. Empresas Estatais

As auditorias em Empresas Estatais tiveram como foco apoiar os órgãos governamentais enquanto “auditor do controlador” e avaliar a participação das estatais na execução de políticas públicas. No PAINT 2023, foram destacadas **15** auditorias nesse eixo, das quais **4** foram concluídas, 7 prorrogadas para 2024, 2 atrasadas e 2 canceladas, consoante o que está indicado a seguir:

AUDITORIAS CONCLUÍDAS (4)
Desenho, da governança, da implementação e do impacto do Programa de Financiamento às Exportações (Proex)
Consignações do Programa Auxílio Brasil (PAB)
Gestão de microcrédito orientado pelo Banco da Amazônia
Política de Gerenciamento de Capital do Banco do Nordeste e do Banco da Amazônia

AUDITORIAS PRORROGADAS (7)	% DE EXECUÇÃO	DATA PREVISTA
Nova sistemática de contratação de Unidade Flutuante de Armazenamento e Transferência (FPSO) pela Petrobras	33%	mai/2024
Contratações de bens e serviços pela Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S/A - TBG e da Petrobras Logística de Exploração e produção S.A. - PB-LOG	54%	jul/2024
Adequação das empresas estatais à Lei Geral de Proteção de Dados	51%	jun/2024
Controles sobre veículos e máquinas adquiridos para uso e doação na Codevasf	87%	mai/2024
Contratos de arrendamento das Companhias Docas Federais	64%	jun/2024
Aquisição de órteses, próteses e materiais especiais (OPME) nos hospitais da rede EBSEH.	3%	mai/2024
Implantação da infraestrutura e transferência de tecnologia das fábricas de hemoderivados e recombinantes	0%	jul/2024

AUDITORIAS ATRASADAS (2)	% DE EXECUÇÃO
Governança e Gestão Atuarial e da Política de Investimentos da FUNPRESP-EXE	97%
Alternativas para a política nacional de combustíveis	50%

AUDITORIAS CANCELADAS (2)
Contratações de bens e serviços pela Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S/A - TBG e da Petrobras Logística de Exploração e produção S.A. - PB-LOG
Economicidade dos benefícios de assistência médica ofertados pelas empresas estatais dependentes

2.6. Enfrentamento da corrupção

Em complemento e em articulação com as agendas setoriais, compõe a estrutura da SFC e das Regionais da CGU à atividade de enfrentamento da corrupção por meio de investigações realizadas de forma conjunta com os órgãos de Defesa do Estado, notadamente com a Polícia Federal nas conhecidas Operações Especiais. Em 2023, foram deflagradas **36 operações especiais**, 90% do previsto no PAINT.

Ademais, foram desenvolvidos dois projetos, o Efetividade e o Retroalimentação, que visam a melhoria dos processos internos e o melhor endereçamento às partes interessadas dos resultados das operações especiais.

O Projeto Efetividade tem como objetivo identificar o padrão probatório que propicie maior efetividade em um Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) ou em um Processo Administrativo Disciplinar (PAD) em condutas ilícitas administrativas. A equipe do projeto conta com a participação de servidores da área de Operações Especiais, Secretaria de Integridade Privada e Corregedoria-Geral da União.

O Projeto Retroalimentação tem como intuito colaborar na identificação e catalogação de padrões, tipologias e modus operandi na operacionalização das fraudes ocorridas nas políticas públicas, com vista a propor melhorias estruturantes na identificação das principais causas dos problemas, encaminhando aos órgãos responsáveis pelas políticas. O piloto do projeto, realizado no Programa de Transporte Escolar (PNATE), foi finalizado em 2023. Esta foi a primeira etapa do projeto que será ampliado para as demais políticas públicas abarcadas por operações especiais nos exercícios posteriores.

2.7. Eixos transversais

Os trabalhos realizados pela CGU, também foram vinculados a determinados eixos transversais que extrapolam a estrutura ministerial e setorial, sendo consideradas no âmbito deste plano como agendas transversais e prioritárias do Governo. A seguir são relacionados os trabalhos destacados que contribuíram para essas ações. Deve-se ressaltar que uma mesma auditoria pode estar vinculada a diferentes agendas ou destacada anteriormente.

2.7.1. Melhoria do Ambiente de Negócios

A melhoria do ambiente de negócios no país passa pelo aprimoramento do sistema tributário, reforço do marco regulatório (para aumentar a concorrência), facilitação de entrada no mercado, estímulo ao apetite ao risco do empreendedor, redução do **rent-seeking**, redução dos custos de conformidade regulatória para o setor privado, eficiência do Estado (controle da corrupção, qualidade da regulação e abertura de dados governamentais), segurança jurídica e diminuição da burocracia. Das 14 auditorias previstas no PAINT 2023, 2 foram concluídas, 6 foram prorrogadas para 2024 e 6 estão atrasadas, conforme listado a seguir.

AUDITORIAS CONCLUÍDAS (2)
Programa de avaliação das entidades reguladoras infranacionais ¹⁵
Avaliação do Seguro Desemprego ¹⁶

AUDITORIAS PRORROGADAS (6)	% DE EXECUÇÃO	DATA PREVISTA
Avaliação dos instrumentos de negociação do passivo tributário	72%	jun/2024
Avaliação da governança e atuação do Governo sobre a Garantia do Crédito Tributário	77%	abr/2024
Avaliação da modelagem das contratações de terceirização	30%	dez/2024
Governança das Aquisições	84%	abr/2024
Análise de Impacto Regulatório na Administração Pública Federal	34%	jul/2024
Sandbox Regulatório nas Agências Reguladoras Federais de Infraestrutura	41%	jul/2024

AUDITORIAS ATRASADAS (8)	% DE EXECUÇÃO
Avaliação do Processo Sancionador da CVM	97%
Avaliação dos controles da importação/exportação da Administração Aduaneira	63%
Avaliação sobre a regularidade na outorga de títulos minerários pela Agência Nacional de Mineração	79%
Avaliação sobre a regulamentação e fiscalização das outorgas de Permissão de Lavra Garimpeira	50%
Avaliação do Programa Conecta Brasil	0%
Programa de Aprendizagem Profissional do SENAC versus Política de educação profissional e tecnológica do MEC.	50%

15. Relatório concluído aguardando publicação

16. Idem

2.7.2. Agenda Verde

O tema da sustentabilidade ambiental está presente na agenda de diversos ministérios, em especial no Ministério do Meio ambiente. Esta agenda tende a crescer em 2024 na medida em que forem apresentados os projetos que comporão o já anunciado Plano de Transição Ecológica, instrumento coordenado pelo Ministério da Fazenda com vistas a propiciar o desenvolvimento inclusivo e sustentável, para lidar com a crise climática, considerando a situação do clima no planeta e os impactos principalmente na população mais pobre. No PAINT 2023, das 12 avaliações previstas, 3 foram concluídas, 2 prorrogadas, 5 estão atrasadas e 2 foram canceladas.

AUDITORIAS CONCLUÍDAS (3)
Avaliação do Processo de Concessão Florestal
Avaliação do Licenciamento Ambiental de Grandes Obras do DNIT ¹⁷
Obras de Prevenção de Desastres (Cheias, drenagem e encostas) ¹⁸

AUDITORIAS PRORROGADAS (2)	% DE EXECUÇÃO	DATA PREVISTA
Atividades de descomissionamento de instalações e equipamentos das unidades de mineração das Indústrias Nucleares do Brasil	57%	jul/2024
Isenção de PIS/Cofins sobre gás natural e carvão para geração de energia termoelétrica	0%	abr/2024

AUDITORIAS ATRASADAS (5)	% DE EXECUÇÃO
Avaliação do Programa Nacional de Bioinsumos	97%
Avaliação sobre a regularidade na outorga de títulos minerários pela ANM	79%
Avaliação sobre a atuação da ANP nos processos de regulamentação e acompanhamento de acessos a infraestruturas essenciais nos mercados de refino e gás natural	83%
Avaliação sobre a regulamentação e fiscalização das outorgas de Permissão de Lavra Garimpeira	50%
Exploração de áreas portuárias	63%

AUDITORIAS CANCELADAS (2)
Avaliação da gestão do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar
Avaliação sobre as premissas para integração do setor do gás natural com o setor elétrico ¹⁹

17. Para melhor organizar e padronizar os produtos da avaliação, optou-se por dividir a avaliação em duas etapas, a saber: Etapa 1 (Inicial/Exploratória): Concluída em 2023 referente ao levantamento de informações e planejamento geral da auditoria; e Etapa 2 (Avaliação dos Processos de Licenciamento Ambiental Federal): a ser iniciada em 2024 referente ao planejamento/execução dos exames de auditoria e respectiva relatoria, no âmbito da amostra selecionada de cinco grandes obras rodoviárias do DNIT.

18. Trabalho concluído aguardando publicação

19. O objeto de auditoria foi reformulado, em razão de redirecionamento do MME para a política do gás natural e da superveniência do Acórdão TCU 86/2023 - Plenário, com objeto similar ao inicialmente planejado pela CGU.

2.7.3. Transformação Digital

A implementação da transformação digital no âmbito governamental implica em proporcionar um serviço público de alto padrão, economizando significativamente o tempo e os recursos financeiros e simplificando a vida dos cidadãos. No PAINT 2023 das 7 avaliações previstas, 2 foram concluídas, 1 prorrogada e 4 estão atrasadas.

AUDITORIAS CONCLUÍDAS (2)		
Avaliação da plataforma do Login único Gov.br (1ª etapa)		
Avaliação da plataforma do Login único Gov.br (2ª etapa) ²⁰		

AUDITORIAS PRORROGADAS (1)	% DE EXECUÇÃO	DATA PREVISTA
Avaliação da segurança da informação e LGPD no Serpro e Dataprev	51%	jun/2024

AUDITORIAS ATRASADAS (4)	% DE EXECUÇÃO
Consultoria para contribuições à Estratégia de Governo Digital (EGD) 2024-2027	8%
Avaliação das redes de comunicação de dados do governo federal	94%
Avaliação sobre a gestão e segurança dos serviços de computação em nuvem	54%
Avaliação do Programa Conecta Brasil	0%

2.8. Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP)

Além dos projetos já incluídos no presente Plano, registra-se que a CGU é uma das principais instituições avaliadoras de políticas públicas no âmbito do CMAP. Em 2023, o Decreto nº 11.558 promoveu reestruturação do Conselho com impactos sobre o cronograma de atividades, adiando a definição dos órgãos que participarão e coordenarão as avaliações. Dessa forma não houve a definição de projetos para o ciclo de 2023.

20. Relatório não publicado devido ao sigilo das informações contidas no relatório de auditoria.

3. FATOS RELEVANTES

A principal razão para prorrogações, cancelamentos e atrasos nas auditorias planejadas decorreu de alterações de prioridades ao longo do ano, diretamente vinculadas à mudança de governo em 2023.

Ressalta-se que a mudança de governo provocou a reestruturação de inúmeras unidades gestoras, envolvendo criação ou extinção de unidades, bem como troca na gestão. Essa reorganização resultou em dificuldades e atrasos na obtenção de informações junto aos órgãos auditados, causando as prorrogações nos prazos previstos das auditorias.

Além disso, a própria CGU precisou se ajustar à nova estrutura do governo federal, modificando as equipes de auditoria para atender às novas prioridades governamentais. Essas mudanças na estrutura interna do órgão afetaram a capacidade operacional das equipes de auditoria, seja pela perda de servidores ou pela curva de aprendizado necessária para enfrentar os novos desafios propostos.

4. RECOMENDAÇÕES EMITIDAS E CONCLUÍDAS

No final de 2022, havia em estoque 10.702 recomendações emitidas pela CGU ainda não atendidas pelos gestores federais.

Em 2023, foram emitidas 1.838 recomendações, enquanto 2.991 recomendações foram concluídas. Além disso, foram canceladas 2.923 que, após avaliação da CGU, perderam seu objeto²¹, reduzindo o estoque para 6.626 recomendações. Em relação às recomendações concluídas, 2.320 (78%) foram totalmente implementadas; 423 (14%) não foram implementadas²²; 229 (8%) foram implementadas parcialmente; e 19 foram consolidadas em outra recomendação.

Destaca-se que, até 04/01/2024, das 2.549 recomendações implementadas em 2023, 804 geraram benefícios, o que corresponde a um índice de efetividade de 31,5%.

ESTOQUE DE RECOMENDAÇÕES AO FINAL DE 2022	10.702
RECOMENDAÇÕES EMITIDAS EM 2023	1.838
RECOMENDAÇÕES CONCLUÍDAS EM 2023	2.991
RECOMENDAÇÕES CANCELADAS	2.923
EM MONITORAMENTO AO FINAL DE 2023	6.626
ÍNDICE DE EFETIVIDADE DAS RECOMENDAÇÕES CONCLUÍDAS EM 2023	31,5%

21. A perda de objeto das recomendações pode ocorrer devido a inúmeras razões como extinção de unidades, competência pelo monitoramento transferida para outra unidade do Sistema de Controle Interno, inadequação das recomendações frente às alterações estruturais e conjunturais no governo etc.

22. As recomendações não implementadas referem-se a (a) O gestor não tomou providências, (b) as providências implementadas pelo gestor foram consideradas inadequadas ou (c) o gestor assumiu o risco pela não implementação.

5. BENEFÍCIOS

Benefício é o impacto positivo e efetivo observado na sociedade, nas políticas públicas, na gestão pública ou privada, verificável por evidências a partir da implementação, pela Administração Pública, inclusive pela Controladoria-Geral da União, de medidas em decorrência da ação, orientação ou recomendação proveniente das atividades finalísticas da CGU. Eles podem ser financeiros ou qualitativos.

O Benefício Financeiro (BF) é o impacto que pode ser representado monetariamente, enquanto o Benefício Qualitativo (BQ) é medido por meio do índice de relevância dos benefícios qualitativos (IRBQ). O índice é calculado a partir da soma ponderada dos BQ e a ponderação se dá em função da dimensão²³ e da repercussão²⁴ de cada BQ ([aqui](#) pode-se obter maiores detalhes a respeito). Registra-se que a contabilização dos benefícios em 2023 seguiu o rito sistemático e disciplinado estabelecido na [Portaria CGU nº 1.976/2021](#), vigente em 2023, mas que foi revogada pela [Portaria CGU nº 108/2023](#). Importante notar que uma das alterações introduzidas pela nova portaria foi a modificação da nomenclatura do benefício não financeiro, que passou a ser denominado benefício qualitativo.

BENEFÍCIOS	1.387
BENEFÍCIOS DE ALTA RELEVÂNCIA	128
BENEFÍCIOS QUALITATIVOS	1.167
ÍNDICE DE RELEVÂNCIA DOS BENEFÍCIOS QUALITATIVO	58,7
BENEFÍCIOS FINANCEIROS	220
VALOR DOS BENEFÍCIOS FINANCEIROS	R\$ 20 Bi

23. Dimensão: pessoas, infraestrutura e processos internos ou resultado, missão e visão

24. Repercussão: unidade jurisdicionada (departamento auditado), órgão superior (alta administração do órgão auditado) ou interministerial (mais de uma instituição)

6. ALOCAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Desde 2021 a gestão do PGD é realizada por meio do sistema e-Aud. Na Secretaria Federal de Controle Interno (SFC) o e-Aud é atualmente a ferramenta de organização do planejamento das unidades e da **gestão da execução de suas principais atividades finalísticas**. Por esse fato, o registro do PGD no e-Aud foi explorado como uma oportunidade para se conseguir as informações do planejamento e da sua execução, com a gestão dos recursos humanos e orçamentários da Casa.

Explorando essa oportunidade, a SFC gerava informações gerenciais de extrema importância como o percentual do tempo que foi direcionado para avaliação de políticas públicas, o custo médio de cada tipo de serviço, o percentual de esforço direcionado a atuação repressiva em comparação com a atuação educativa e preventiva, entre outras.

Apesar de a citada integração ser virtuosa em seu objetivo, a sua implementação no sistema e-Aud gerou um custo administrativo desarrazoado. O nível de detalhamento exigido em relação às atividades e às horas direcionadas a elas por dia era demasiadamente pormenorizado. Em função, principalmente, dessa fragilidade, o registro de informações do Programa foi suspenso em fevereiro de 2023 e uma nova estrutura de dados foi estabelecida a partir de abril de 2023.

A nova estrutura simplificou o registro, garantindo diminuição do custo administrativo relacionado. No entanto, o novo modelo rompeu a ligação entre os dados de planejamento e de execução, o que **impossibilitou**, nesse relatório, a aferição de quanto foi a alocação da força de trabalho nas atividades.

7. CAPACITAÇÕES

Em 2023, foram realizadas 21 capacitações na modalidade presencial/híbrida/on-line (cursos, oficinas, treinamentos, seminários, conferências) para servidores da CGU e outras UAIG. Foram capacitados 2.687 servidores internos e 542 servidores/empregados externos à CGU.

Os temas abordados nessas capacitações foram: Gestão de Riscos e Controles Internos, Planejamento Individual de Auditoria Baseado em Riscos, Tomada de Contas Especial, Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Suprimento de Fundos e Cartão Corporativo, Técnicas de Identificação de Fraudes, IA-CM, Regulação, Referencial Técnico da Auditoria Interna Governamental (MOT), Auditoria em Obras Públicas, SQL, Sistema ALICE

O curso sobre o Processo de Auditoria no sistema e-Aud, disponível na modalidade à distância, está em andamento. Dos inscritos, 294 são servidores da CGU e 965 externos.

Também foram disponibilizados, na modalidade à distância, em 2023 os cursos IA-CM e Processo de Auditoria Baseado em Riscos. Dos inscritos no IA-CM, 28 são servidores internos e 925 externos, enquanto no Processo de Auditoria Baseado em Riscos, 40 são servidores da CGU e 1400 externos.

Para aprimoramento e desenvolvimento de competências profissionais e visando ao incremento de qualidade dos trabalhos realizados pela CGU, foram contratadas vagas nos seguintes eventos de capacitação: 43º Conbrai (14); Comunicação Assertiva na Enap (90).

Em complemento, foi criado curso de ensino a distância para disponibilização junto à Escola Virtual do Governo (EVG) sobre Controle em 5 Dimensões.

Ainda com relação às ações de capacitação destaca-se:

- Gerenciamento do Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP 2023 e PDP 2024;
- Disponibilização na Intranet da CGU das trilhas de aprendizagem das competências técnicas (21) e contextuais (45);
- Planejamento e desenvolvimento das ações de capacitação dos novos servidores, cuja formação ocorre em paralelo à execução dos serviços e deverão ser finalizadas em até 3 anos após o efetivo exercício na CGU;
- Acompanhamento do MBA em Governança e Controle da Regulação cujas aulas tiveram início em março de 2023.

8. PROGRAMA DE GESTÃO E MELHORIA DA QUALIDADE – PGMQ

O Programa de Avaliação e Melhoria da Qualidade da Atividade de Auditoria Interna da CGU (PRO-Qualidade), regido pela Portaria nº 363, de 14/02/2020, tem como objetivo avaliar a qualidade, produzir informações gerenciais e promover ações que visem à melhoria contínua dos processos de trabalho e dos produtos decorrentes das auditorias realizadas pelas diretorias, coordenações-gerais, coordenações e controladorias regionais da CGU nos estados.

O exercício de 2023 demonstrou avanços significativos no trabalho que vem sendo realizado pela CGU, em decorrência da instituição de novos normativos, fluxos e de capacitações regulares que vem sendo oferecidas para o público interno.

Entre as iniciativas implementadas que culminaram nos resultados alcançados em 2023, destacam-se as seguintes:

- Publicação da Orientação SFC nº 5/2023/CGMEQ/SFC-CGU, que estabelece sistemática de revisão de relatórios para fins de publicação;
- Implementação do novo fluxo de auditorias oriundas da ferramenta Alice no e-Aud, tornando-o mais ágil, sendo que as avaliações positivas obtidas pela equipe da Qualidade durante 2023 já demonstram que o bom desempenho nesse tipo de trabalho permaneceu após a mudança;
- Implementação da pesquisa com gestores no ambiente do e-Aud;
- Realização de diversas ações de capacitação sobre temas como gestão de riscos, planejamento anual e planejamento individual de auditoria baseado em riscos, documentação de auditoria etc.;
- Aumento no número de serviços de consultoria prestados, conforme constatado no universo de trabalhos avaliados pela equipe da Qualidade.

CONTROLADORIA-GERAL
DA UNIÃO

